

Diretoria de fundação é acusada de irregularidade

3-1-89 — Carlos Mesquita

BRASÍLIA — Uma comissão de inquérito criada para apurar irregularidades na Fundação Cultural do Distrito Federal apontou como responsáveis, em relatório enviado à secretária de Cultura, Lais Fontoura Aderne Faria Neves, 16 servidores da fundação, entre eles seu diretor-executivo, o maestro Marlos Mesquita Nobre de Almeida.

A própria secretária de Cultura, que acumula a função de presidenta da Fundação Cultural, é citada no relatório por ter aprovado, sem licitação, despesas de hospedagem de Marlos Nobre em hotel. O relatório de 47 páginas foi enviado ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e à Secretaria de Finanças. A secretária Lais Aderne decidirá até o dia 14 que providências tomar.

Suíte — Segundo o relatório, Marlos Nobre esteve hospedado durante todo o ano passado em uma suíte presidencial do Garvey Park Hotel, onerando a fundação na época em Cz\$ 1.462.330, a partir de decisão tomada por ele mesmo com a aprovação do Conselho Deliberativo. De acordo com a secretária Lais Aderne, que aprovou a despesa, o problema ocorreu porque o Conselho Deliberativo não dispunha de assessoria jurídica. Lais Aderne alegou na sindicância “não ser de sua competência matéria de direito”. Nas 47 páginas, a comissão comprova ainda despesas feitas sem licitação, como, por exemplo, a contratação de uma empresa, em 1987, para instalação de ar condicionado, no valor de Cz\$ 250 mil.

Marlos Nobre é acusado de outras seis irregularidades, entre elas a compra ilegal de um Santana com o cancelamento de licitação para compra de um Fiat. Além disso, o Santana, que era branco, foi pintado de preto por ordem de Marlos Nobre: “Não sou presidente de fundação hospitalar”, justificou o secretário-executivo.

A comissão de inquérito, criada após os trabalhos de uma comissão de sindicância, levanta suspeitas também sobre os processos de licitação para compra de alimentos destinados à cantina da Fundação Cultural, nos quais saiu vencedor o Minimercado Maranhão, situado na cidade-satélite de Ceilândia, a 25 quilômetros de Brasília, pertencente a Antônio Teles de Lima.

Negligência — De acordo com as conclusões



Marlos: um ano de hospedagem

de Maria Aparecida Rodrigues Ferraz, presidente da comissão de sindicância, os servidores envolvidos foram omissos, incompetentes ou mesmo subservientes, já que muitos, reconhecendo as irregularidades de seus atos, justificaram seu cumprimento baseados em “ordens superiores”. Os prejuízos aos cofres da Fundação Cultural detectados pela comissão valeram aos servidores envolvidos o enquadramento por negligência na letra E do Artigo 482 da CLT.

Entre os citados no relatório estão vários integrantes de comissões de licitação, o chefe da Divisão Financeira, Mário de Cerqueira Branco; o titular da Diretoria de Assuntos Gerais, Célio Torres; o titular da Divisão de Preservação do Patrimônio, Carlos Madson Reis; a chefe da Tesouraria, Lígia de Moraes Mendes; e o chefe da Divisão de Controle Orçamentário, Emerson Barbosa Mota.

□ O secretário-geral do Itamarati, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, recebeu ontem o relatório com o resultado da sindicância que apurou irregularidades na Fundação Cabo Frio — entre as quais a remessa ilegal de dólares para o exterior e o pagamento em dólares a funcionários que trabalham no Brasil. Segundo o porta-voz do Itamarati, ministro Ruy Nogueira, depois de conhecer o teor do relatório, Paulo Tarso deve convocar o Conselho Patrimonial do Itamarati para examinar o resultado da sindicância.